

Cajuína AB1 *Holdings* S. A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Cajuína AB1 Holdings S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis.....	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balancos patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	9



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos acionistas e Administradores da
Cajuína AB1 Holdings S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Cajuína AB1 Holdings S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Reconhecimento da receita e custos com compra e venda de energia

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu receitas operacionais consolidadas no montante de R\$ 98.242 mil, conforme divulgado na nota explicativa 9 e custos consolidados com compra de energia no montante de R\$ 18.592 mil, conforme divulgado na nota explicativa 10. As receitas são oriundas das operações de fornecimento e suprimento de energia elétrica, cujo reconhecimento ocorre quando a obrigação contratual de entregar energia é satisfeita e o valor da venda pode ser mensurado de forma confiável.

O processo de receita ainda inclui a mensuração da receita não faturada ao cliente, relacionada ao fornecimento de energia elétrica, calculada em base estimada, até 31 de dezembro de 2024, utilizando determinadas premissas oriundas dos contratos de compra e venda de energia.

A receita é um importante indicador de performance da Companhia e de sua administração, o que pode criar um incentivo de reconhecimento da receita antes do cumprimento da obrigação de desempenho, ou de postergação do reconhecimento do custo. Dessa forma, existe o risco de que uma receita ou custo sejam reconhecidos fora do seu período de competência, especialmente no período que antecede o fechamento do exercício.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista o risco inerente envolvendo o reconhecimento da receita e custo em período distinto daquele em que a obrigação de desempenho foi atendida, além do o volume significativo de transações e a magnitude dos valores envolvidos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia no reconhecimento da receita; (ii) Confronto do sumário de energia emitido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE com o Balanço Energético da Companhia, com o propósito de corroborar a quantidade de energia transacionada no período e os valores contabilizados, incluindo o montante não faturado reconhecido na data base e realizado em data subsequente; e (iii) Avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as receitas e custos, incluídas nas notas 9 e 10, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento das receitas e custos, que está consistente com a avaliação da Companhia, consideramos que os critérios e premissas utilizadas são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



**Shape the future
with confidence**

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto

nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de março de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC- SP 034519/O


Adilvo França Junior
Contador CRC- 1BA021419/O

CAJUÍNA AB1 HOLDINGS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	61.248	95	113.539	8.961
Contas a receber de clientes	4	-	-	13.562	14.099
Cauções e depósitos vinculados		104	95	104	95
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	5.607	283	5.616
Outros tributos a recuperar		-	-	4	2
Dividendos a receber		570	165	-	-
Despesas antecipadas		-	-	1.674	3.611
Outros ativos		-	30	1.100	10.502
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		61.922	5.992	130.266	42.886
Investimentos em controladas	5	1.405.761	1.387.795	-	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		5.793	-	5.793	-
Outros ativos		13	4.475	7	4.475
Imobilizado, líquido	6	-	-	1.333.353	1.375.608
Intangível, líquido		-	-	62.326	64.524
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.411.567	1.392.270	1.401.479	1.444.607
TOTAL DO ATIVO		1.473.489	1.398.262	1.531.745	1.487.493
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores		5	243	43.716	52.217
Debêntures	7	18.475	24.009	18.475	24.009
Contas a pagar partes relacionadas		-	-	73	73
Passivo de arrendamento		-	-	-	719
Tributos a pagar		1	6	1.936	2.024
Dividendos a pagar		3	3	3	3
Provisões para processos judiciais e outros		104	96	104	96
Outras obrigações		-	-	1	-
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		18.588	24.357	64.307	79.141
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Debêntures	7	1.017.408	989.897	1.017.408	989.897
Passivo de arrendamento		-	-	-	27.796
Provisão para desmobilização		-	-	2.340	2.072
Tributos diferidos		6	2	351	554
Outras obrigações		-	-	9.852	4.027
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.017.414	989.899	1.029.951	1.024.346
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social subscrito e integralizado		581.461	408.003	581.461	408.003
Prejuízos acumulados		(143.974)	(23.997)	(143.974)	(23.997)
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8	437.487	384.006	437.487	384.006
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.473.489	1.398.262	1.531.745	1.487.493

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

CAJUÍNA AB1 HOLDINGS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	9	-	-	98.242	38.507
Custo de produção e operação de energia	10	-	-	(82.482)	(30.259)
LUCRO BRUTO		-	-	15.760	8.248
Gerais e administrativas		(150)	(268)	(1.143)	(460)
Outras (despesas) receitas operacionais		1	(186)	(31)	(440)
TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		(149)	(454)	(1.174)	(900)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(149)	(454)	14.586	7.348
Receitas financeiras		859	11.646	2.768	11.810
Despesas financeiras		(130.629)	(119.970)	(133.985)	(42.234)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	11	(129.770)	(108.324)	(131.217)	(30.424)
Resultado de equivalência patrimonial		9.946	84.622	-	-
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		(119.973)	(24.156)	(116.631)	(23.076)
Imposto de renda e contribuição social corrente		-	-	(3.550)	(529)
Imposto de renda e contribuição social diferido		(4)	(3)	204	(554)
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	12	(4)	(3)	(3.346)	(1.083)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(119.977)	(24.159)	(119.977)	(24.159)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

CAJUÍNA AB1 HOLDINGS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO				
Outros resultados abrangentes	(119.977)	(24.159)	(119.977)	(24.159)
	-	-	-	-
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	(119.977)	(24.159)	(119.977)	(24.159)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

CAJUÍNA AB1 HOLDINGS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Capital social subscrito e integralizado	Reserva de lucros		Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Líquido
			Reserva Legal	Reserva de Investimentos		
Saldos em 31 de dezembro de 2022		145.334	8	154	-	145.496
Prejuízo do exercício		-	-	-	(24.159)	(24.159)
Aumento de capital		262.669	-	-	-	262.669
Reversão de Reserva legal		-	(8)	-	8	-
Reversão de Reserva de investimentos		-	-	(154)	154	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	8	408.003	-	-	(23.997)	384.006
Prejuízo do exercício		-	-	-	(119.977)	(119.977)
Aumento de capital		173.458	-	-	-	173.458
Saldos em 31 de dezembro de 2024	8	581.461	-	-	(143.974)	437.487

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

CAJUÍNA AB1 HOLDINGS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Notas	Controladora		Consolidado		
	2024	2023	2024	2023	
Atividades operacionais:					
Prejuízo do exercício	(119.977)	(24.159)	(119.977)	(24.159)	
Ajustes para conciliar o prejuízo do exercício com o caixa das atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	10	1.959	853	50.318	22.137
Juros sobre arrendamento		-	-	-	300
Encargos financeiros de dívidas, líquidos de juros capitalizados		133.340	42.621	133.340	41.488
Tributos e contribuições sociais diferidos	12	4	3	(204)	554
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	11	-	(11.473)	-	(11.473)
Receita sobre cauções e depósitos vinculados	11	(9)	(8)	(9)	(8)
Resultado de equivalência patrimonial		(14.625)	(8.244)	-	-
		692	(407)	63.468	28.839
Variação de ativos e passivos operacionais		4.046	(536)	8.274	2.210
Juros resgatados de investimentos de curto prazo		-	20.900	-	20.900
(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo		-	138.941	-	138.941
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	(4.475)	(2.214)	(4.559)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento		-	-	-	(300)
Pagamento de empréstimos e financiamentos (juros)	7	(76.801)	(37.094)	(76.801)	(37.094)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		(72.063)	117.329	(7.273)	148.937
Atividades de investimentos:					
Aquisições de ativo imobilizado e intangível		-	-	(29.765)	(405.452)
Aquisição de investimento, líquido de caixa e equivalentes de caixa das empresas adquiridas		-	(83.358)	-	-
Aumento de capital em controladas		(8.400)	(296.117)	-	-
Dividendos recebidos		-	30	-	-
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados		-	(87)	-	(87)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(8.400)	(379.532)	(29.765)	(405.539)
Atividades de financiamentos:					
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	7	(8.032)	(427)	(8.032)	(427)
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)		(23.810)	-	(23.810)	-
Pagamentos de arrendamentos (principal)		-	-	-	(25)
Aumento de capital	8	173.458	262.669	173.458	262.669
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos		141.616	262.242	141.616	262.217
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		61.153	39	104.578	5.615
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		95	56	8.961	3.346
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		61.248	95	113.539	8.961

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Cajuína AB1 Holdings S.A., ("Companhia"), anteriormente denominada AES Cajuína AB1 Holdings S.A., é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 8.501, 7º andar, sala 6, Pinheiros, Cidade de São Paulo, Estado São Paulo. Foi constituída em 12 de janeiro de 2022, e tem por objeto social a participação, direta ou indireta, no capital de outras sociedades como acionista, quotista, por meio de outras modalidades de investimento, como subscrição ou aquisição de debêntures, bônus de subscrição ou partes beneficiárias, ou ainda por qualquer outra forma admitida em lei, que atuem na área de geração de energia elétrica em toda as suas formas, bem como na comercialização de energia elétrica proveniente das usinas.

A Companhia é diretamente controlada pela Tucano Holding I S.A. e indiretamente pela Auren Participações S.A.

A Companhia possui cinco unidades produtoras de energia elétrica em operação comercial, sendo elas: Ventos de Santa Tereza 02, Ventos de Santa Tereza 03, Ventos de Santa Tereza 05, Ventos de Santa Tereza 13 e Ventos de Santa Tereza 14.

1.1 Relação de empreendimentos controlados

As seguintes entidades são consideradas como controladas e estão incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

Controladas	Atividade	Sede	Participação	Participação
			2024	2023
Ventos de Santa Tereza 02	Geração eólica	Maracanaú/CE	100%	100%
Ventos de Santa Tereza 03	Geração eólica	Maracanaú/CE	100%	100%
Ventos de Santa Tereza 05	Geração eólica	Maracanaú/CE	100%	100%
Ventos de Santa Tereza 13	Geração eólica	Maracanaú/CE	100%	100%
Ventos de Santa Tereza 14	Geração eólica	Maracanaú/CE	100%	100%

As controladas possuem junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ("ANEEL") a seguinte autorização e registro de geração, conforme Ambiente de Contratação Livre ("ACL") e portaria do Ministério de Minas e Energia ("MME"):

Parque gerador	Contrato/leilão	Portaria MME/ANEEL	Publicação/portaria	Vigência/autorização	Prazo/autorização	Quantidade/aerogeradores	Capacidade instalada	Garantia física MW
Ventos de Santa Tereza 02	ACL	REA 9263/2020	09/10/2020	08/10/2055	35 anos	7	39,9	20
Ventos de Santa Tereza 03	ACL	REA 9274/2020	09/10/2020	08/10/2055	35 anos	8	45,6	22
Ventos de Santa Tereza 05	ACL	REA 9478/2020	09/10/2020	08/10/2055	35 anos	8	45,6	24
Ventos de Santa Tereza 13	ACL	REA 9274/2020	09/10/2020	08/10/2055	35 anos	8	45,6	24
Ventos de Santa Tereza 14	ACL	REA 9275/2020	09/10/2020	08/10/2055	35 anos	8	45,6	23
						39	222,3	113

1.2 Combinação de Negócios com a Auren Energia S.A

Em 15 de maio de 2024, a antiga controladora indireta AES Brasil Energia S.A. ("AES Brasil") comunicou ao mercado a celebração, após aprovação pelo seu Conselho de Administração, juntamente com a AES Holdings Brasil Ltda., a AES Holdings Brasil II Ltda., a Auren Energia S.A. ("Auren") e a ARN Holding Energia S.A., o Acordo de Combinação de Negócios e Outras Avenças ("Transação") por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren, realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultou na conversão da AES Brasil em subsidiária integral da Auren e a unificação das bases acionárias das duas Companhias.

A Transação foi concluída em 31 de outubro de 2024, após o cumprimento de todas as condições precedentes.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 26 de março de 2025, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As demonstrações consolidadas da Companhia, foram preparadas de acordo com acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), além das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*. No caso da Companhia, essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2024, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Apesar do risco de *Constrained-off* mencionado na nota 13.2 (c.3), a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

No contexto da combinação de negócios com a Auren, a Administração da Companhia possui um plano para recuperação da performance dos ativos, com iniciativas focadas em disponibilidade, confiabilidade, performance e governança.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS- **-Continuação**

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a Administração faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

As principais premissas, avaliações e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis e apresentadas nas notas explicativas são: reconhecimento e mensuração de aquisições de ativos, vida útil dos bens do imobilizado, perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração, recuperação dos impostos diferidos ativos e valor justo de instrumentos financeiros.

2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2024

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos contábeis ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes elencado(s) abaixo e, quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis, e que resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS- -Continuação

Norma	Alteração
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.
Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação.

2.7 Critérios de consolidação

As controladas diretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e serão consolidadas até a data que cessar tal controle.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Transações e saldos em transações entre a Controladora e controladas ou entre as controladas são eliminados.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da Controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pelas suas controladoras e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a Controladora e Companhias controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as informações da Companhia e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem o caixa, os depósitos bancários, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível) estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva. Os CDBs e Quotas de fundos de investimento são reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa				
Numerário disponível	61.248	95	62.792	386
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	-	-	30.206	8.575
Quotas de fundos de investimentos (a)	-	-	20.541	-
Total	61.248	95	113.539	8.961

- (a) As quotas de fundo de investimento pertencem ao fundo exclusivo da Votorantim. As operações são compostas substancialmente por compromissadas.

Os Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas e Quotas de fundo de investimento em 31 de dezembro de 2024 possuem liquidez diária e com rentabilidade média consolidada de 90% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (102% em 31 de dezembro de 2023).

4 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os saldos de contas a receber incluem valores referentes ao suprimento de energia elétrica, incluindo transações no mercado de curto prazo. Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado e podem ser reduzidos por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa ("PECLD").

As controladas avaliaram seus históricos de recebimentos e identificaram que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais.

A abertura do contas a receber de clientes por vencimento em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	Consolidado		
	Saldos vencidos	2024	2023
CIRCULANTE			
Mercado de curto prazo	953	953	1.417
Partes relacionadas (i)	12.609	12.609	12.682
Total	13.562	13.562	14.099

- (i) Refere-se a venda de energia celebrada entre a Companhia e a "Auren Operações". Essas compras foram efetuadas a um preço médio de R\$180,57 e montante envolvido de 538.996,46 MWh.

5 INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

A Companhia detém investimentos em empresas controladas. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Conforme os acordos contratuais, é requerido consenso unânime entre todas as partes do acordo para as atividades relevantes. A participação no investimento é reconhecida pelo método de equivalência patrimonial. No consolidado, os ativos, passivos, receitas e despesas não são consolidados.

	Controladora	
	2024	2023
Participações societárias permanentes:		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	1.242.766	1.228.059
Capitalização de juros	82.449	77.231
Incorporação de acervo cindido	80.546	82.505
Total	1.405.761	1.387.795

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

Investimentos	31/12/2023	Aumento de capital	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Capitalização de juros (i)	Amortização da Incorporação de acervo cindido (ii)	31/12/2024
Ventos de Santa Tereza 02	234.975	1.380	6.161	(117)	(460)	(353)	241.586
Ventos de Santa Tereza 03	274.101	-	4.844	(92)	(537)	(402)	277.914
Ventos de Santa Tereza 05	341.397	2.460	(6.041)	-	(669)	(402)	336.745
Ventos de Santa Tereza 13	267.561	2.960	4.932	(89)	(524)	(401)	274.439
Ventos de Santa Tereza 14	269.761	1.600	4.729	(82)	(530)	(401)	275.077
Total	1.387.795	8.400	14.625	(380)	(2.720)	(1.959)	1.405.761

Investimentos	31/12/2022	Aumento de capital	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Capitalização de juros (i)	Incorporação de acervo cindido (ii)	Amortização da Incorporação de acervo cindido (ii)	31/12/2023
Ventos de Santa Tereza 02	146.214	61.115	2.412	(46)	12.223	13.192	(135)	234.975
Ventos de Santa Tereza 03	188.965	49.745	2.774	(53)	15.796	17.049	(175)	274.101
Ventos de Santa Tereza 05	214.543	86.392	3.466	(96)	17.934	19.357	(199)	341.397
Ventos de Santa Tereza 13	188.006	47.180	(131)	-	15.716	16.963	(173)	267.561
Ventos de Santa Tereza 14	186.165	51.685	(277)	-	15.562	16.797	(171)	269.761
Total	923.893	296.117	8.244	(195)	77.231	83.358	(853)	1.387.795

A Companhia realizou aumentos de capital nas suas controladas durante o exercício e sem emissão de novas ações.

- (i) Juros sobre obras em andamento (“JOA”): Com o objetivo de financiar principalmente a construção deste empreendimento, a Controladora captou recursos por meio de debêntures de longo prazo. Em função do ativo qualificável estar registrado nas controladas e os financiamentos na Controladora, nas demonstrações contábeis individuais, a capitalização foi reconhecida nas rubricas “Investimentos” em contrapartida ao “Resultado de equivalência patrimonial”. Já nas demonstrações contábeis consolidadas, está apresentado como “Imobilizado, líquido” em contrapartida ao resultado financeiro, na rubrica “Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso”.
- (ii) Em 31 de outubro de 2023 foi incorporado o montante de R\$ 83.358 por meio de cisão com a Tucano Holding I S.A. Na controladora, o montante foi reconhecido na rubrica de “investimentos em controladas”. No consolidado, R\$63.277 referentes a direitos de exploração, que são amortizados pelo prazo de autorização, foram reconhecidos na rubrica de “Intangível, líquido”; e R\$20.081 foram reconhecidos na rubrica “imobilizado, líquido”. O montante de amortização compõe o resultado de equivalência patrimonial apresentado na demonstração do resultado.

5. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS---Continuação

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Controladas	Quantidade de ações do capital social	Valor do ativo	Valor do passivo	Valor do capital social	Valor do patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Ventos de Santa Tereza 02	207.586.807	225.093	9.222	207.587	215.871	6.161
Ventos de Santa Tereza 03	237.252.310	256.703	12.106	237.252	244.597	4.844
Ventos de Santa Tereza 05	299.979.220	311.776	12.995	299.979	298.781	(6.041)
Ventos de Santa Tereza 13	236.687.759	253.110	11.833	236.688	241.277	4.932
Ventos de Santa Tereza 14	237.992.231	254.917	12.670	237.992	242.247	4.729

6 IMOBILIZADO

A Companhia e suas controladas utilizam os critérios definidos pelo Órgão Regulador (ANEEL) na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pelo Órgão Regulador (ANEEL), que na avaliação da administração, representa a vida útil econômica dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo dos Complexos solares e eólicos. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

6 IMOBILIZADO---Continuação

(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	Consolidado				
	2024				2023
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,81%	199.553	(10.876)	188.677	205.533
Máquinas e equipamentos	3,81%	1.201.065	(61.369)	1.139.696	1.142.698
Imobilizado em serviço		1.400.618	(72.245)	1.328.373	1.348.231
Imobilizado em curso (i)		4.980	-	4.980	(1.108)
Bens vinculados às concessão e autorizações		1.405.598	(72.245)	1.333.353	1.347.123
Direito de uso de terreno arrendado		-	-	-	28.485
Total Imobilizado		1.405.598	(72.245)	1.333.353	1.375.608

(i) O saldo de imobilizado em curso é composto, por material em depósito, máquinas e equipamentos e veículos em fase de imobilização. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.

(b) **Movimentação do ativo imobilizado**

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	Consolidado						
	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Adições	Remensuração (ii)	Provisão Desmantelamento	Transferências e reclassificações (i)	Juros capitalizados	Saldos em 31 de dezembro de 2024
Edificações, obras civis e benfeitorias	208.764	-	-	-	(9.211)	-	199.553
Máquinas e equipamentos	1.160.580	-	-	6.839	33.646	-	1.201.065
Imobilizado em serviço	1.369.344	-	-	6.839	24.435	-	1.400.618
Imobilizado em curso	(1.108)	21.111	-	-	(15.023)	-	4.980
Bens vinculados às concessão e autorizações	1.368.236	21.111	-	6.839	9.412	-	1.405.598
Direito de uso de terreno arrendado	28.545	-	(28.545)	-	-	-	-
Subtotal	1.396.781	21.111	(28.545)	6.839	9.412	-	1.405.598
Depreciação / Amortização arrendamento	(21.173)	(45.671)	526	-	(3.207)	(2.720)	(72.245)
Total Imobilizado	1.375.608	(24.560)	(28.019)	6.839	6.205	(2.720)	1.333.353

	Consolidado				
	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Provisão Desmantelamento	Transferências e reclassificações (i)	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	208.764	208.764
Máquinas e equipamentos	-	-	3.986	1.156.594	1.160.580
Imobilizado em serviço	-	-	3.986	1.365.358	1.369.344
Imobilizado em curso	935.465	351.526	-	(1.366.463)	(1.108)
Bens vinculados às concessão e autorizações	935.465	351.526	3.986	(1.105)	1.368.236
Direito de uso de terreno arrendado	-	28.545	-	-	28.545
Subtotal	935.465	380.071	3.986	(1.105)	1.396.781
Depreciação / Amortização arrendamento	-	(21.285)	-	112	(21.173)
Total Imobilizado	935.465	358.786	3.986	(993)	1.375.608

(i) Os montantes de transferências e reclassificações são referentes às unitizações ocorridas após o término do período de construção, através da emissão de laudo final emitido por consultoria especializada contratada. Estas reclassificações são necessárias para uma correta apresentação dos custos de imobilizado. O montante final de R\$ 6.203 refere-se às transferências ocorridas de estoque e intangível para imobilizado.

(ii) A Companhia objetivando alinhamento com as premissas do grupo Auren, procedeu a revisão do reconhecimento contábil dos contratos de arrendamento. Ao se aplicarem as premissas do grupo Auren, concluiu-se pela necessidade de reavaliação recorrente da estimativa contábil daqueles contratos que possuem contraprestação variável atrelado ao faturamento. Sendo assim, para os contratos com cláusulas de pagamento que exijam contraprestação variável de acordo com o faturamento, deverão ser reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

6 IMOBILIZADO---Continuação

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não identificou indicativos de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

7 DEBÊNTURES

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

As emissões realizadas pela Companhia não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos.

O saldo de debêntures é composto da seguinte forma:

		Consolidado								
		2024								
		Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante	
Vencimento	Taxa efetiva	Principal	Encargos	Custo de transação	Total	Principal	Custo de transação	Total		
Debêntures - 1ª Emissão	2044	IPCA + 7,0718%	17.860	2.964	(2.349)	18.475	1.073.672	(56.264)	1.017.408	1.035.883
Total das debêntures			17.860	2.964	(2.349)	18.475	1.073.672	(56.264)	1.017.408	1.035.883

		Consolidado								
		2023								
		Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante	
Vencimento	Taxa efetiva	Principal	Encargos	Custo de transação	Total	Principal	Custo de transação	Total		
Debêntures - 1ª Emissão	2044	IPCA + 7,0718%	23.552	2.600	(2.143)	24.009	1.040.469	(50.572)	989.897	1.013.906
Total das debêntures			23.552	2.600	(2.143)	24.009	1.040.469	(50.572)	989.897	1.013.906

A movimentação das debêntures é como segue:

7 DEBÊNTURES---Continuação

	Consolidado
	Debêntures
Saldos em 31 de dezembro de 2022	931.575
Encargos financeiros	72.612
Variação monetária	45.668
Pagamento de encargos financeiros	(37.094)
Diferimento de custos de transação	(427)
Amortização custos de transação	1.572
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.013.906
Encargos financeiros	76.573
Variação monetária	51.913
Pagamento de principal	(23.810)
Pagamento de encargos financeiros	(76.801)
Diferimento de custos de transação	(8.032)
Amortização custos de transação	2.134
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.035.883

7.1 Vencimentos das parcelas relativas ao principal das debêntures e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante:

	Consolidado		
	Debêntures	Custos de transação	Total
2026	14.692	(2.288)	12.404
2027	16.033	(2.522)	13.511
2028	24.026	(2.777)	21.249
2029	31.183	(2.962)	28.221
2030	37.216	(3.112)	34.104
Após 2030	950.522	(42.603)	907.919
Total	1.073.672	(56.264)	1.017.408

7.2 Compromissos financeiros – “Covenants”

Objetivo	Covenant
----------	----------

Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social, sendo a primeira apuração realizada com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. ICSD: $\geq 1,1x$

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

7.3 Características da dívida

Companhia	Descrição	Valor ingresso	Data da emissão	Taxa contratual	Pagamento de juros	Sistema de amortização do principal	Montante	Vencimento	Finalidade
Cajuína AB1 Holding	1ª Emissão Debêntures de Infraestrutura	950.000	15/06/2022	IPCA + 7,0718%	Semestral (a partir de junho de 2024)	Semestral (a partir de junho de 2024)	1.035.883	30/06/2044	Financiamento do Projeto Eólico Complexo Cajuína

8 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

8.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 581.461 (R\$ 408.003 em 31 de dezembro de 2023), dividido em 581.460.600 (408.002.600 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	2024	2023
	Ordinárias	Ordinárias
	Quantidade	Quantidade
<u>Acionistas</u>		
Tucano Holding I S.A.	581.460.600	408.002.600
Total das ações ordinárias	581.460.600	408.002.600

8.2 Aumento de Capital

Em 16 de dezembro de 2024, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 67.058, dividido em 67.058.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art.174.

Em 31 de dezembro de 2024, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 106.400, dividido em 106.400.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art.174.

8.3 Reserva de lucros

A Companhia constitui reserva de lucros apropriando a destinação de reserva legal de 5% do lucro do exercício, sendo o total da reserva, limitado à 20% do capital social da Companhia, de acordo com os dispositivos e limites estabelecidos em lei.

8.4 Destinação dos resultados

Para atender a projeto de investimento, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei no 6.404/76.

9 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas da Companhia e suas controladas são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

9 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA---Continuação

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

A tabela a seguir apresenta a receita operacional líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Consolidado	
	2024	2023
Partes relacionadas	97.320	25.413
Mercado de curto prazo	3.097	3.947
Outros (i)	1.334	10.364
Receita operacional bruta	101.751	39.724
(-) PIS e COFINS	(3.509)	(1.217)
Receita operacional líquida	98.242	38.507

- (i) Refere-se à multa por atraso na conclusão das obras do Complexo Cajuína, que estão previstas nos contratos de construção e fornecimento de turbinas e equipamentos. Os contratos estabelecem penalidade por *achievement of substantial completion* para atraso em relação à data de conclusão de cada parque eólico, com o objetivo de ressarcir perdas de receitas operacionais causadas pelo atraso. Os valores a receber estão registrados na rubrica de “Outros ativos” no balanço.

10 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	Consolidado	
	2024	2023
Custo da produção de energia elétrica		
Contratos bilaterais	(163)	(10)
Contratos com partes relacionadas	(2.683)	(400)
Mercado de curto prazo	(142)	(101)
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(14.278)	(7.406)
Taxa de fiscalização ANEEL	(1.326)	(5)
Subtotal	(18.592)	(7.922)
Custo da operação		
Serviços de terceiros	(4.914)	(96)
Material	(573)	(35)
Depreciação e amortização	(50.318)	(22.137)
Seguros	(3.976)	-
Arrendamentos e aluguéis	832	(69)
Contribuições setoriais	(4.941)	-
Subtotal	(63.890)	(22.337)
Total	(82.482)	(30.259)

11 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	33	11.546	1.908	11.684
Receita atualização de créditos tributários	859	660	861	660
Renda de cauções e depósitos judiciais	9	8	9	8
PIS e COFINS sobre receita financeira	(42)	(568)	(42)	(568)
Atualização SPOT	-	-	32	26
Subtotal	859	11.646	2.768	11.810
Despesas financeiras				
Encargos financeiros de dívidas	(78.707)	(74.280)	(78.707)	(74.280)
Atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos	(51.913)	(45.668)	(51.913)	(45.668)
Atualização monetária de processos judiciais e outros	(9)	(9)	(9)	(9)
Atualização monetária de provisão de desmobilização	-	-	(268)	-
Juros sobre arrendamento	-	-	(1.750)	(300)
Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso	-	-	-	78.364
IOF	-	-	(172)	(292)
Outras despesas financeiras	-	(13)	(1.166)	(49)
Subtotal	(130.629)	(119.970)	(133.985)	(42.234)
Total Líquido	(129.770)	(108.324)	(131.217)	(30.424)

12 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia apurou os tributos sobre o lucro com base no regime do lucro real. As Controladas, por sua vez, estão enquadradas no regime do lucro presumido sob o regime de caixa em 31 de dezembro de 2024.

No regime sobre o lucro real apurado pela Companhia, a base de cálculo do imposto de renda é calculada sobre o lucro bruto as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada sobre o lucro bruto a qual se aplica a alíquota regular de 9%.

12 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL---Continuação

No regime sobre o lucro presumido apurado pelas Controladoras é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa. A base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Os Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os Impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal e base negativa, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas

	Controladora				Consolidado			
	Imposto de renda		Contribuição social		Imposto de renda		Contribuição social	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Resultado antes dos tributos	(119.973)	(24.156)	(119.973)	(24.156)	(116.631)	(23.076)	(116.631)	(23.076)
Alíquota Nominal	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	29.993	6.039	10.798	2.174	29.158	5.769	10.497	2.077
Adições e Exclusões à base:								
Equivalência Patrimonial	3.656	2.061	1.316	742	-	-	-	-
Atualização de indébito tributário	215	165	77	59	215	165	77	59
Prejuízo fiscal sem diferido constituído	(33.375)	(8.030)	(12.015)	(2.891)	(33.375)	(8.030)	(12.015)	(2.891)
Ajuste Lucro Presumido	-	-	-	-	2.319	1.632	447	451
Diferença temporária sem diferido constituído	(492)	(237)	(177)	(85)	(492)	(237)	(177)	(85)
Ajuste de Imposto								
Outros Ajustes	-	-	-	-	-	4	-	3
Imposto de Renda e Contribuição Social	(3)	(2)	(1)	(1)	(2.175)	(697)	(1.171)	(386)
Corrente	-	-	-	-	(2.280)	(337)	(1.270)	(192)
Diferido	(3)	(2)	(1)	(1)	105	(360)	99	(194)
Total	(3)	(2)	(1)	(1)	(2.175)	(697)	(1.171)	(386)

13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

a. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS---Continuação

Notas	Consolidado				Categoria	
	2024		2023			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
ATIVO (circulante e não circulante)						
Numerário disponível	3	62.792	62.792	386	386	Custo amortizado
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	3	30.206	30.206	8.575	8.575	Valor justo por meio do resultado
Quotas de fundos de Investimentos	3	20.541	20.541	-	-	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	4	953	953	1.417	1.417	Custo amortizado
Contas a receber partes relacionadas	4	12.609	12.609	12.682	12.682	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados		104	104	95	95	Custo amortizado
Total		127.205	127.205	23.155	23.155	
PASSIVO (circulante e não circulante)						
Fornecedores		43.716	43.716	52.217	52.217	Custo amortizado
Debêntures	7	1.035.883	1.035.883	1.013.906	1.013.906	Custo amortizado
Contas a pagar partes relacionadas		73	73	73	73	Custo amortizado
Provisão para desmobilização		2.340	2.340	2.072	2.072	Custo amortizado
Passivo de arrendamento		-	-	28.515	28.515	Custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		3	3	3	3	Custo amortizado
Total		1.082.015	1.082.015	1.096.786	1.096.786	

a. Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia e suas controladas, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. Os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Perdas estimadas em créditos de liquidação (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Com base em uma avaliação das garantias e históricos de recebimentos, a Companhia concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa.

Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: Fitch Ratings, Moody's ou Standard & Poor's. O rating mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração.

Contas a receber

As vendas de energia são efetuadas para consumidores livres, por meio de contratos bilaterais. Nos contratos bilaterais de venda de energia no longo prazo no ambiente de contratação livre, a Companhia possui três processos focados na mitigação de risco: (i) Análise de Crédito: Análises de demonstrativos financeiros dos clientes, concorrência, setor econômico de atuação e restritivos externos junto a bureaus de crédito, (ii) cálculo do rating de acordo com modelo interno e (iii) exigência de garantias: conforme análise de crédito, rating e condições contratuais. Para o mercado de curto prazo, eventuais inadimplências nos contratos de venda estão sujeitas à regulamentação da ANEEL, a qual tem a finalidade de garantir a liquidez no mercado de energia.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2024 e 2023 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	61.248	95	113.539	8.961
Contas a receber de clientes	-	-	952	1.417
Contas a receber partes relacionadas	-	-	12.610	12.682
Cauções e depósitos vinculados	104	95	104	95
Total	61.352	190	127.205	23.155

(b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas controlam suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia e suas controladas podem revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS---Continuação

A Companhia e suas controladas também monitoram constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: Debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	Consolidado	
	2024	2023
Debêntures	1.035.883	1.013.906
Caixa e equivalentes de caixa	(113.539)	(8.961)
Dívida líquida	922.344	1.004.945
Patrimônio líquido	437.487	384.006
Dívida líquida / Patrimônio líquido	210,83%	261,70%

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para a rubrica “Debêntures” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 6. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Consolidado						
	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total em 31 de dezembro de 2024	Total em 31 de dezembro de 2023
Fornecedores	43.716	-	-	-	-	43.716	52.217
Debêntures	-	18.475	25.915	83.574	907.919	1.035.883	3.164.679
Passivo de arrendamento	-	-	-	-	-	-	26.803
Dividendos a pagar	-	3	-	-	-	3	3
Total	43.716	18.478	25.915	83.574	907.919	1.079.602	3.243.702

13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS---Continuação

(b.4) Riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas possuem debêntures remuneradas pela variação do IPCA, acrescidos de juros contratuais. Conseqüentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras.

O montante de exposição líquida da Companhia e suas controladas aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2024 e 2023 é:

	Consolidado	
	2024	2023
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	30.206	8.575
Quotas de fundos de Investimentos	20.541	-
Debêntures	1.035.883	1.013.906
Total	1.086.630	1.022.481

Os montantes de debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao IPCA, não contemplam os saldos de custos a amortizar.

Com base nos dados disponíveis na CETIP e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras e Debêntures.

Aplicações financeiras	Risco	Posição em 31.12.2024	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,95%	10,42%	13,90%	17,37%	20,85%
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	CDI	30.206	4.558	5.686	6.816	7.945	9.076
Quotas de fundos de Investimentos	CDI	20.541	3.099	3.866	4.635	5.403	6.172
Impacto no resultado			7.657	9.552	11.451	13.348	15.248
Total da exposição líquida			7.657	9.552	11.451	13.348	15.248

Dívidas	Risco	Posição em 31.12.2024	Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			2,50%	3,75%	5,00%	6,26%	7,51%
Debêntures	IPCA	1.035.268	106.635	120.561	134.542	148.524	162.449
Impacto no resultado			106.635	120.561	134.542	148.524	162.449
Total da exposição líquida			106.635	120.561	134.542	148.524	162.449

(b.5) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de dívida (emissões de debêntures) com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas somente serão apuradas a partir da entrada em operação dos empreendimentos. A não observância dos índices financeiros, verificados anualmente, após a entrada em operação, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da companhia.

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco de alterações na legislação tributária do Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos na Companhia. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro da Companhia. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Companhia terá condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio, inclusive no que se refere à manutenção de seus preços, seus fluxos de caixa projetados ou sua lucratividade. Por fim, vale destacar que eventuais alterações à legislação tributária não produzem efeitos imediatos, de modo que a Companhia não deve ser impactada no mesmo instante em que forem promovidas.

(c.2) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(c.3) Risco em renováveis não-hídricas

Constrained-off de usinas eólicas

O constrained-off é a redução da geração de energia de uma ou mais usinas, determinada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), por motivos alheios à gestão do empreendedor, tais como indisponibilidades nas linhas de transmissão, limites da capacidade de escoamento da rede ou excesso de geração frente a demanda de energia do sistema.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), publicou em 23 de março de 2023 a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de constrained-off de usinas eólicas, condição necessária para a cobrança dos ressarcimentos referentes ao denominado período “provisório” do constrained-off eólico, relacionado aos eventos de restrição de geração ocorridos até setembro de 2021. Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, com a divulgação do cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que perduraram de junho de 2023 a junho de 2024, e que contemplou apenas os eventos ocorridos entre os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021, referentes ao já citado período “provisório” do constrained-off.

13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS---Continuação

Assim, os pagamentos dos referidos ressarcimentos foram suspensos no mês de julho de 2024 pela falta de regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período “definitivo” do constrained-off eólico, relacionados aos eventos de restrição de geração ocorridos a partir de outubro de 2021.

Em 24 de dezembro de 2024 a ANEEL publicou a Resolução Normativa 1.109 de 2024, resultado da Consulta Pública 22/2022, estabelecendo as regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período citado no parágrafo acima. Assim, a expectativa é que a CCEE divulgue um cronograma de reapurações dos ressarcimentos referentes ao período de outubro de 2021 em diante.

No que se refere ao período definitivo, para eventos ocorridos a partir de outubro de 2021, os ressarcimentos serão devidos, para os montantes contratados tanto no mercado regulado (ACR) quanto no mercado livre (ACL), após extrapolada uma franquia de horas anuais de energia restringida, que será definida anualmente pelo ONS com base em uma média móvel dos últimos cinco anos das indisponibilidades médias apuradas para as funções de transmissão de tensões 230 kV e 500 kV. Atualmente, a franquia para usinas eólicas é de 83 horas anuais.

Para as usinas de fonte solar, a ANEEL aprovou em setembro de 2024 a Resolução Normativa nº 1.073/2023, que estabelece os procedimentos e os critérios para apuração e pagamento de restrições da operação de usinas solares fotovoltaicas por constrained-off.

Assim como no caso das eólicas, a regulação da ANEEL limita o pagamento da compensação aos geradores às situações classificadas como “Razão de indisponibilidade externa”. O gerador assume o risco até um limite temporal regulatório em que o evento é considerado ordinário. Essa “franquia” é considerada metade da franquia calculada para as usinas eólicas, considerando que o período de geração da fonte solar se aproxima a metade das horas de um dia. Atualmente de 41 horas e 30 minutos por ano para a fonte solar.

Esta regra passou a valer de forma definitiva a partir de março de 2024 e espera-se uma demora no processamento e efeitos econômicos e financeiros devido a necessidade de aprovação das regras de comercialização que detalham o processo operacional realizado pela CCEE, pendente de abertura de nova Consulta Pública pela ANEEL.

Ao fim de 2023, a Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias (ABEEólica) e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR) ajuizaram ação judicial para discutir os efeitos da Resolução Normativa ANEEL (REN ANEEL) nº 1.030/2022, que limita a compensação integral por eventos de restrição de operação por constrained-off e prevê possibilidade de compensação apenas para os cortes de geração classificados pelo ONS como razão de indisponibilidade externa, ou seja, motivados por indisponibilidades em instalações de transmissão ou da distribuição.

13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS---Continuação

Assim, os cortes classificados como de razão de atendimento a requisitos de confiabilidade elétrica, em situações de redução de geração devido ao atingimento de limite de linhas de transmissão, e os cortes classificados como de razão energética, em situações em que há impossibilidade de alocação de geração na carga não são passíveis de compensação, de acordo com a regulamentação vigente. No curso do processo, em dezembro de 2024, acolhendo o pedido das Associações, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região deferiu a liminar a favor das associações e determinou que o regulamento deverá, necessariamente, prever mecanismos de compensação de encargo para cobertura dos custos de operação e, mais especificamente, por restrição de transmissão. Ainda, foi determinado que no próximo Relatório do Processamento da Contabilização da Liquidação Financeira do Mercado de Curto Prazo de Energia Elétrica, a ser divulgado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e nos subsequentes, promova a compensação integral aos geradores associados às agravantes.

No entanto, em janeiro de 2025, após diversos desdobramentos no processo, a ANEEL requereu ao Superior Tribunal de Justiça a suspensão da referida liminar. A suspensão preconiza que não seria o caso de deferimento liminar do pedido das Associações e que eventuais prejuízos devem ser apurados no curso da ação, podendo ser equalizados nos contratos celebrados com a União por meio de reequilíbrio econômico-financeiro.

Diante de tal contexto, o ressarcimento devido aos geradores eólicos e solares por constrained-off para eventos ocorridos a partir de outubro de 2021 seguem suspensos até que tais providências sejam definidas pelos órgãos responsáveis. Eventuais recontabilizações de períodos anteriores podem ocorrer a depender das movimentações da ação judicial em curso.